



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 137/2023

EMENTA: "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA CENSO DE INCLUSÃO, ATRAVÉS DO CADASTRAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DAS CRIANÇAS E DOS IDOSOS COM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Senhor Presidente,

Pelo presente, ao receber desta Casa Legislativa o Projeto de Lei epigrafado para respectiva sanção, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal, procuramos analisá-lo atentamente, fazendo com que nossa decisão fosse tomada na trilha da regularidade e da legalidade.

O projeto de lei sob análise visa instituir no âmbito no município o programa censo de inclusão, visando o mapeamento e inclusão em programas sociais municipais de idosos e crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

Contudo, em que pese a importância da matéria, sendo certo que a proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social é a garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de Proteção Social local, o projeto de lei não pode ser sancionado.

Como é cediço, os serviços de proteção social básica têm como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Os serviços atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

Assim, como bem ressalta a Secretaria de Assistência Social em parecer, **já é realizada pelo município a identificação e mapeamento de pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida e que estejam em vulnerabilidade social, dados que podem ser acessados através do Cad.único que é alimentado pelo setor de**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
GABINETE DO PREFEITO

Cadastro único e Bolsa Família – equipamento pertencente a esta Secretaria.
(<https://cadunico.dataprev.gov.br/#/home>).

Os dados podem ser acessados ainda no **Relatório de Informações- RI Social** (<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>), disponível a qualquer cidadão.

Vale ressaltar ainda, que a ementa em questão restou incompleta em informações que seriam imprescindíveis para que o Programa Censo de inclusão pudesse de fato identificar e mapear os munícipes supracitados no projeto, tais como: qual secretaria ficaria responsável por coletar os dados e elaborar políticas públicas para o atendimento da demandada identificada; qual periodicidade que seria realizado e atualizado o censo; recursos para alimentação de software de cadastramento no site da prefeitura, dentre outras.

Assim, no âmbito de Barra do Piraí, **os munícipes que estejam em vulnerabilidade social que possuam alguma deficiência ou mobilidade reduzida já são mapeados através do Cadastro Único e tais informações como tipo de deficiência, quantos membros residem na casa, renda familiar, se recebem bolsa família são coletadas pelo CECAD. E todas as informações são disponibilizadas pelo portal da transparência, exceto as que sejam protegidas pela LGPD.**

Insta salientar que o setor de Cadastro único e bolsa família, além de receber as demandas espontâneas ou pelos Centros de Referências, hospitais ou quaisquer outros encaminhamentos de diversos setores, realiza ainda, **buscas ativas/visita domiciliar a fim de identificar munícipes que não conseguem realizar o cadastro por falta de documentação ou limitação qualquer que seja.** Nessa visita domiciliar, a equipe técnica acompanha junto para realizar esse cadastro de forma mais concreta e entender a realidade dessa pessoa.

Assim, além de já existir um mapeamento municipal de pessoas na condição disposta na lei, a proposição ao definir e impor a forma de mapeamento, invadiu competência do Chefe do Executivo para legislar.

Como é cediço, a **Constituição Federal deixou a cargo do Poder Executivo a gestão administrativa**, razão pela qual a decisão sobre adotar ou não, em que momento e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
GABINETE DO PREFEITO

em que termos, medidas como a contida na proposição, sabidamente se insere no âmbito da competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

O projeto de lei cria atribuições a órgãos municipais, **interferindo diretamente na organização e administração do Município, atribuição que é privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal**, até porque, o cumprimento do disposto na lei importará em gastos não previsto no orçamento.

Assim, o projeto de lei padece de **vício de iniciativa**, configurando a inconstitucionalidade formal.

Essa é a exegese da Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí, RJ, em especial seus artigos 48, inciso IV e 68, inciso VIII.

No mesmo sentido, dispõe o artigo 61, §1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que à luz do princípio da simetria, destaca a inconstitucionalidade do projeto de lei dispor sobre matérias privativas do executivo.

Como bem fundamenta o Ministro Celso de Mello em julgamento de ADI: *"O princípio constitucional da reserva da administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo (...). Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultravires do Poder Legislativo que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar os limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais."* (ADI-MC nº 2.364/AL DJ de 14/12/2001, p.23, Rel. Min. Celso de Mello)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre o princípio da separação de poderes em seu artigo 2º:

Portanto, é inconstitucional em sua inteireza o projeto de lei de iniciativa do poder Legislativo Municipal que viole os Princípios da Separação e Equilíbrio dos Poderes, o princípio da reserva da administração, razão pela qual o veto ao projeto de lei sob exame é medida que se impõe.

Por fim, o Projeto de Lei não indica fonte de custeio, **não foi precedido de impacto orçamentário-financeiro**, restando evidenciada ainda a afronta ao **artigo 167, inciso I da Constituição Federal de 1988 e ao artigo 16, inciso I e II da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
GABINETE DO PREFEITO

Neste sentido, a determinação, no contexto ora em exame, de dotações orçamentárias próprias para suprir despesas criadas pelo Poder Legislativo em ofensa à reserva de administração e separação de poderes, reflete igualmente vício de inconstitucionalidade, por envolver indiretamente a iniciativa de lei orçamentária do Poder Executivo, e em uma visão mais imediata diante da ausência de prévia dotação orçamentária.

CERJ. Art. 209. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

CERJ. Art. 211. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a paralisação de programas ou projetos nas áreas de educação, saúde e habitação já iniciados, havendo recursos orçamentários específicos ou possibilidade de suplementação dos mesmos, quando se tenham esgotado.

Desta forma, com fulcro no artigo 55, § 2º, c/c art. 68, V, da LOM, é o presente para **VETAR TOTALMENTE** o Projeto pautado, ante as razões acima expostas, esperando que essa Casa Legislativa, acolha o respectivo veto, renovando os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Barra do Piraí, RJ, 17 de outubro de 2023.

MÁRIO REIS ESTEVES
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. **RAFAEL SANTOS COUTO**
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA